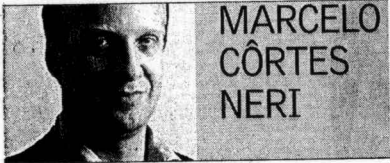


"O caminho para a ética é longo e difícil.
É preciso superar os obstáculos."

Fernando Henrique Cardoso, sobre as medidas do governo no sentido da moralização e ética do serviço público no país, em pronunciamento, ontem, em Brasília

Manifesto de incentivo à esquerda



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

O estágio atual da economia, como disciplina de trabalho, é comparável ao da medicina no final do século passado. Nesta época, sabia-se, por exemplo, que provocar hemorragias para baixar a febre, produzia mais mal do que bem. A economia hoje está longe de apresentar prescrições únicas e definitivas aos principais problemas que afligem a nossa sociedade, como a ocorrência simultânea de baixos salários e desemprego.

David Card e Alan Krueger realizaram uma série de pesquisas empíricas cujos resultados desafiaram a visão convencional de que reajustes do salário mínimo produzem queda de emprego. A literatura americana sobre o fenômeno previa que, para cada 10% de aumento conferido ao mínimo, o nível de emprego entre os trabalhadores não-qualificados

cairia cerca de 1%. Os novos resultados surpreenderam os círculos acadêmicos ao refutar a idéia de que aumentos de preço do trabalho produzem quedas nas quantidades demandadas.

Card e Krueger inovaram ao aplicar métodos empíricos tomados emprestados das ciências médicas experimentais, incluindo comparações entre grupos de "tratamento" e de "controle" quando aumentos de salário mínimo são concedidos para alguns trabalhadores, mas não para outros. Essa metodologia foi aplicada a uma série de episódios recentes em que o salário mínimo foi reajustado de forma diferenciada entre os Estados norte-americanos.

Nos "experimentos naturais" empreendidos, o resultado é que o salário mínimo impacta o rendimento do trabalho, mas não o nível de emprego da mão-de-obra não-qualificada. Indiretamente, os resultados questionam a validade no mercado de trabalho de uma das pedras angulares do pensamento econômico: a lei da oferta e demanda.

Os economistas brasileiros preocupados com a concessão de direitos traba-

listas — bandeira tradicionalmente associada à esquerda — têm sido resistentes à incorporação de novas técnicas, tanto teóricas como empíricas, às suas análises. O resultado é um pensamento antiquado, voltado ao passado que raramente consegue acompanhar as inovações ocorridas em outros países.

Em termos empíricos, a recente democratização de microdados pelo IBGE, e agora a Fundação Seade, permitem a produção de trabalhos empíricos.

Do ponto de vista da utilização deste acervo ampliado de informações primárias, existe uma série de novas técnicas empíricas que permite testar a partir de microdados os mais diferentes fenômenos sociais, como o dos experimentos naturais supracitados. Infelizmente, é ainda comum pesquisadores brasileiros enunciarem relações de causa-efeito entre intervenções e resultados observados a partir de gráficos com uma dúzia de observações agregadas.

Em termos conceituais é importante explicitar a racionalidade dos fenômenos sociais. O fato de uma firma tender a demitir trabalhadores frente a aumen-

tos do custo de trabalho é muitas vezes visto como um dogma neoliberal. Num mundo de recursos escassos, restrições orçamentárias e de incentivos são fundamentais. Apesar dessa visão ser anti-pática, é assim que o mundo tende a funcionar. Aqueles que enxergam um mundo desprovido de dilemas estão fadados a prestar desserviço às causas sociais.

Se a teoria envolve a existência de notas de R\$ 200 jogadas na calçada, não tente pegá-las, as chances indicam que sejam falsas

Existem situações em que aumentos de salários ou direitos trabalhistas não levam à redução da demanda de trabalho. Temos a teoria de salário-eficiência aplicada à análise da relação entre salário mínimo e desemprego. A teoria demonstra por diversos caminhos que, em alguns casos, aumentos de salário podem incentivar aumentos de produtividade, o que poderia compensar o au-

mento do custo do trabalho observado.

De todas as formas, é importante discernir a natureza dos incentivos envolvidos antes de propor intervenções. Por exemplo, na perspectiva de salário eficiência, aumentos de custos trabalhistas, percebidos como benefícios pelos trabalhadores, têm impacto diferenciado sobre emprego em relação àqueles percebidos como taxaço.

Apesar do estado ainda primitivo dos instrumentos de análise econômica, os princípios da escassez e o da compatibilidade de incentivos — isto é, que cada um só faz o que é do seu interesse genuíno — são fundamentais. Caso contrário, perdemos a essência da economia que é a existência de dilemas em escolhas tanto privadas quanto públicas. Se a teoria envolve a existência de notas de R\$ 200 sistematicamente jogadas pela calçada, não se abaixe para pegá-las, pois as chances indicam que sejam falsas.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve regularmente neste espaço para o Valor. E-mail: mcneri@fgv.br